

REINVENTANDO FASES: A FAMÍLIA DO IDOSO *

Alda Britto da Motta **

RESUMO: As famílias, ao mesmo tempo em que desenvolvem relações ambivalentes se revelam pouco. São, aqui, de classes sociais diferentes, com chefias de idosos. Nelas, encontra-se a solidariedade entre as gerações exercida em direções diferentes da comumente esperada, porque são os filhos os mais dependentes. Um retrato de família em desenho novo, com muitas mulheres sós, trajetórias de vida alongadas, novos ciclos de vida **inventados**.

PALAVRAS-CHAVE: Relações de gênero, idade, velhice, ciclos de vida, solidariedade intergeracional

A família é uma trama de relações sociais as mais básicas, corporificadas em indivíduos que constroem sua identidade de gênero como homens ou como mulheres, de variados grupos de idade que se constituem (ou podem ser vistos) como gerações, e se identificam como crianças, jovens, adultos plenos ou velhos. Em diferentes sociedades e épocas, o tratamento social dado a esses indivíduos, e o comportamento deles esperado, tem sido diferenciado – tanto no cotidiano do trabalho e da vivência familiar, como nos grandes momentos sociais. Tradicionalmente isto tem significado que um dos sexos e uma das gerações foi sempre privilegiado(a) em relação ao(à) outro(a). O que estabeleceu e manteve relações de poder e dominação de outra ordem que a de classe social.

Uma constante histórica tem sido que esse privilegiamento tenha cabido ao sexo masculino e à idade adulta plena. As mulheres e os mui-

* Este artigo tem por base um capítulo da minha tese de doutorado (1999).

** Professora Adjunto IV do Departamento de Sociologia e Pesquisadora do NEIM/UFBa., Doutora em Educação.

tos jovens foram, quase sempre, socialmente invisibilizados, e os velhos, só em algumas culturas pré-capitalistas têm gozado o prestígio da posse da memória e da experiência, e o poder ensejado pela anterioridade social.

Nas últimas décadas o jogo de poder entre sexos/gêneros e entre as gerações começou a mudar. Uma consciência cada vez maior, por parte das mulheres, da sua subordinação social, levou-as a se organizarem como grupos, em movimentos feministas, que tiveram o seu caldo de cultura mais propício nas crises e movimentos do final dos anos sessenta, e se fortaleceram ao longo dos anos setenta e oitenta.

Os jovens, outro segmento até então sem voz social, também tiveram, principalmente nos Estados Unidos e na Europa, semelhante oportunidade estrutural de questionar idéias, posições e direitos (movimentos estudantis, *hippies*, contra a guerra do Vietnã, etc.) e, em países então sob ditadura, como o Brasil, de lutarem por liberdade e cidadania.

As crianças, respaldadas por estatutos protecionistas, começam a ter, também, direitos antes não sonhados, como até o de “divorciar-se” dos pais.

A vez dos velhos ainda está chegando. Marcados pelo afastamento do mercado de trabalho e por uma fragilidade física bem mais pesadamente atribuída que a real, na modernidade capitalista, de tecnologia avançada, sofisticada e de rápida obsolescência de modelos – inclusive de comportamento – seus gestos mais lentos e lembranças de tempos talvez mais tranquilos também os tornavam rapidamente descartáveis para a vida social. Pelo menos no Ocidente, e particularmente em países do Terceiro Mundo, parecia não haver mais lugar para eles.

Entretanto, os velhos agora estão por toda parte. Crescendo muito, como população, na esteira contraditória do desenvolvimento científico, que sem diminuir a pobreza do mundo enseja o conhecimento que propicia a queda da fertilidade e a extensão da esperança de vida. Organizados ou organizando-se, em grupos de lazer e atividades culturais e, muito recentemente, de intenção auto-afirmativa (“clubes da melhor idade”), além dos importantes movimentos mais diretamente políticos, como o dos

aposentados, não são apenas mais visíveis – atuam (BRITTO DA MOTTA, 1996).

Nessa conjuntura, vão ser encontrados muito mais velhos – e velhos cada vez mais idosos – na família. Como fica a coexistência mais acentuada de gerações? Que diferenciais de gênero se dão nela? Como fica a organização dos grupos doméstico-familiais?

A família é também o lugar social dos afetos radicais – onde as relações são quase simbióticas, as afeições mais doces e os embates entre os sexos/gêneros e as gerações podem ser mais dolorosos. Onde se encontram os modelos de sentimentos em estado mais depurado: os amores, as aceitações ilimitadas, as mais fundas solidariedades; ou as rejeições mais chocantes, os conflitos cotidianizados, ressentimentos “inexplicáveis” e ódios. Explícitos ou recalcados.

A família é o “nosso grupo”, primeiro, primário, fundamental, que é preciso preservar a todo custo da dissolução – mas também dos olhares externos. Por isso, seu estudo, sua observação, sua análise do ponto de vista das relações que a constituem, ou parecem constituí-la, é muito difícil. Relações de gênero (principalmente entre marido e mulher), de gerações (pais e filhos, avós, netos), e intrageracionais (os irmãos) são, frequentemente, tornadas opacas à análise do pesquisador. E não apenas pelo desejo, consciente ou inconsciente, dos indivíduos, de preservar a privacidade do grupo; também porque essas relações são carregadas de ambigüidade, nas suas contradições entre afetividade e poder/dominação, ou entre afetos polares, que podem não ser claros até para os que os vivenciam.

Os velhos, principalmente os das camadas médias urbanas, em maioria declaram ao pesquisador que as suas relações de família são boas. Entretanto, a continuidade do contato vai revelando, não raro, que não é bem assim. Inclusive, porque se estabelecem, com diferentes membros da família, relações diversas. E que há diferenciais de atuação de gênero e das gerações diante de idênticas situações.

Talvez por tudo isto, embora a produção científica a respeito da condição social do idoso esteja aumentando significativamente, esse aspecto da vida dos velhos, dupla expressão de etapas do ciclo de vida (o biológico e o sócio-doméstico), permanece escassamente conhecido. No Brasil, aos estudos pioneiros de LINS DE BARROS (1987) e SALEM (1980), muito poucos têm-se somado, como o de PRATA, MAYUMI (1991) e BERQUÓ (1996). Outros bons trabalhos sobre família são de caráter mais geral, dão apenas algumas informações sobre os mais velhos, como os de GOLDANI (1993 e 1996), BILAC (1991), OLIVEIRA (1996). Recentemente, também CABRAL (1997) iniciou estudo específico sobre a família dos idosos e o IPEA atualiza alguns dados e questões em seu “Como Vai” (CAMARANO *et al.*, 1998).

Urge, então, intensificar a procura desse campo pouco explorado e, na pesquisa, tentar romper um pouco do silêncio defensivo ou constrangido que prevalece nas entrevistas com idosos e retocar as imagens, por vezes ilusórias, expostas. Enfim, conhecer mais desse núcleo declaradamente central da sua afetividade, que é a família.

* * *

Em reunião científica, em 1997, quando pela primeira vez expunha este tema, o seu enunciado causou alguma surpresa. Perguntaram-me: Por que **a família do idoso** e não **o idoso na família**? Expliquei a intenção pela evidente diferença de ênfase entre aquele que pode ser pensado como sujeito, personagem central – o idoso, a família **do idoso** – e o que é acessório, quase-objeto, parente (ou aderente), um entre muitos, o idoso **na família**.

Porque este modelo/situação também existe, e nada escassamente – o idoso autônomo e até protetor ou provedor das gerações mais novas, ainda quando pobre. Em contraposição ao idoso dependente – econômica e/ou fisicamente – desimportante na família. Real, também, mas

hiperenfatizado, tanto no cotidiano como em certa produção científica de cunho gerontológico/geriátrico ou demográfico/estatístico.

Em conseqüência da clara heterogeneidade de situações que os idosos vivem, de acordo com suas condições sociais – principalmente de classe e sexo/gênero – e a subjetividade possível, é evidente que essas duas situações bem diferenciadas existem e coexistem. Entretanto, em “coerência” com o estereótipo negativo construído por uma sociedade (capitalista, ocidental, contemporânea) defesa diante do fenômeno inevitável do envelhecimento (BRITTO DA MOTTA, 1994), é a imagem do idoso carente e necessitado de proteção que predomina. Imagem ambivalente, que situa, mais uma vez, o idoso como o **outro** (BEAUVOIR, 1970; DEBERT, 1988) – aquele que, em feliz contraste, não sou **eu**, jovem, saudável e independente; ao mesmo tempo, a necessidade, que fica posta, de cuidado e proteção, não assegurará a ponte entre o que sou hoje (jovem, saudável, etc.) e o meu inevitável amanhã? Nas belas palavras de CASTRO (1991):

Será que se cuida o idoso por ética, para com uma outra pessoa... por hierarquia, ou por que o idoso é meu sangue, estive nele, está em mim, e eu serei ele?
Cuidar dos velhos não seria um ritual em si de passagem para a velhice?

Minha ênfase vem tendo, então, uma intenção dúplice: apontar o que não costuma ser mencionado e apresentar resultados de pesquisa. E o que realmente tenho encontrado, generalizadamente, entre os idosos que observei e entrevistei em Salvador, é o velho como figura central, na família. Como provedor – em quase nada como dependente. Filhos e netos morando na casa deles ou na vizinhança, sob sua proteção. Nenhum deles em casa dos filhos (BRITTO DA MOTTA, 1999).

Partindo-se do pressuposto de que o idoso, em maioria, tem uma família, poder-se-ia perguntar: qual o lugar social dessa família que já não seria para a reprodução? Não seria, mas é. Se considerarmos o conceito de reprodução *latu sensu* – portanto, muito além do significado usual de mera multiplicação de nascimentos – iremos encontrar que a família do idoso ainda participa da reprodução cotidiana de pessoas, de uma atual ou potencial força de trabalho e de uma experiência social possível. Em

suma, da sobrevivência física e social dos seus membros. E mais, que diferentemente do que se vem generalizando como fato, a comentada (ou esperada) situação de dependência não parece ser a da maioria dos idosos. Os mais velhos, inclusive os das classes populares, estão sendo frequente arrimo (pelo menos parcial), da família, até abrigando, em casa, filhos e netos, ou mantendo-os muito próximos. Mesmo porque, ao contrário de outros membros mais jovens da família, muitos idosos têm uma renda certa, por pequena que seja (ver SOUSA *et al.*, 1994, p. 34; BRITTO DA MOTTA, 1994, p. 7).

Vive, a família do idoso, situações novas, entre as quais se destaca a simultaneidade de várias gerações. Se não na mesma unidade doméstica, em espaço ou relações muito próximos. Algo que é, mais que atual, relativamente inédito em sua magnitude, ensejado tanto pela situação demográfica, da queda da mortalidade e maior longevidade, com o conseqüente aumento da população mais velha, como pela questão social produzida pela crise econômica e pelo atual modelo excludente de desenvolvimento, com a crescente escassez de empregos e o recurso inapelável ao apoio da família. Geralmente, dos mais velhos.

Os dados mais recentes, do IPEA/IBGE (1998), reforçam essa análise. De acordo com CAMARANO e BELTRÃO (1998, p. 5): *o rendimento do idoso é importante na renda familiar. Em 1996, sua renda total contribuía com 44% da renda familiar...*

Essa contribuição se distribui segundo vários tipos de renda e a condição de gênero. Os homens contribuem principalmente com o produto do seu trabalho ou/e aposentadoria. As mulheres de mais idade, pouco presentes no mercado formal de trabalho mesmo no tempo de jovens (ainda por uma – outra – questão de gênero, têm como grande possibilidade de apoio ou sustento das famílias, as suas pensões de viúvas e sua inventividade doméstica, produção esta que as estatísticas não costumam registrar.

Registram CAMARANO e BELTRÃO (1998, p. 6): *na categoria outros masculina, 22,5% dos indivíduos recebiam outros benefícios além da aposentadoria.*

Já entre as mulheres, essa proporção é bastante superior e corresponde a quase 55% das pessoas dessa categoria.

As conseqüências da transição demográfica são amplas: as pessoas vivem mais tempo os seus papéis e, principalmente, vivem um número maior, e simultâneo, de papéis e de relações de parentesco (no que têm a contribuição, nada desprezível, dos novos padrões de comportamento ensejadas pelas também novas relações de gênero). Coletivamente observados, apresentam as mais variadas alternativas possíveis, um mostruário de papéis, na coexistência ou contemporaneidade daqueles que antes não seriam coetâneos. Ou, pelo menos, não tão próximos. Bisavós, triavós, bisnetos, trinnetos... inicia-se o aprendizado de novas formas de convivência e desempenho de papéis familiares superpostos. Já começa a ser apontado o problema concreto, para mulheres de meia idade – que logo estender-se-á às idosas “jovens” – de uma divisão (que é, por definição tradicional, sexual) de trabalho, com cuidados ou apoio simultâneo tanto a filhos (nem sempre apenas) menores, como a pais de mais avançada idade (ver GOLDANI, 1993, p. 92 e 98; LANGEVIN, 1987, p. 82).

Ainda a situação social remete à questão, que apenas se começa a discutir – ou mencionar – com mais freqüência, da solidariedade entre as gerações, tornada urgente diante da crescente omissão do Estado neoliberal em relação às políticas sociais, principalmente no que se refere aos velhos e aposentados, provocando a necessidade de atuação mais direta e intensa, da família, na regulação das relações e nos apoios intergeracionais. E que, mais uma vez, onera sobretudo as mulheres, sempre socialmente cobradas em atuações “maternais”, além de deixar mais dependentes aqueles idosos que já o são. A outra face desta solidariedade tornada ainda mais urgente, nestes tempos de desemprego crescente, é justamente a do já mencionado apoio do idoso com alguma fonte de renda ou posse de bens, por mais precários, aos filhos e netos desempregados. Parece outra, então, a relação de dependência. Está-se realizando em direção inesperada: não são os idosos que vão morar em casa de seus filhos, mas estes que retornam, sós ou com família, premidos pela crise.

Que esta menção à constatada proteção dos mais velhos a filhos e netos, entretanto, não transmita a idéia de que os idosos estão sócio-economicamente bem amparados, por agirem assim. Não, eles apenas têm algum pecúlio mais ou menos certo – ou/e, no caso das mulheres das classes populares, se desdobram em trabalhos domésticos – diante de outros, seus descendentes, que, desempregados, não têm quase nada. Os idosos dividem “o seu pouco”, como expressam.

É flagrante, então, a importância de uma regulação justa das aposentadorias e pensões dos idosos, que ultrapassam a dimensão do mero rendimento individual e atingem a própria reprodução das famílias.

MEDEIROS (1998, p. 13) expressa isso muito claramente:

Quando reduz ou aumenta benefícios previdenciários, o Estado não está simplesmente atingindo indivíduos, mas uma fração razoável dos rendimentos de famílias inteiras. (...) O sistema previdenciário construído hoje influirá na distribuição futura da renda das famílias.

Neste cenário, qual a estrutura familiar predominante entre os idosos no Brasil? Considerando-se, para esta discussão, uma definição de família como expressa por GOLDANI (1993, p. 79-86), *um grupo de pessoas conviventes relacionadas por laços de parentesco ou adoção*, ao mesmo tempo *um processo de articulação de trajetórias de vida*, em relações que são hierárquicas, encontra-se, por um lado, a manutenção do modelo – que é sobretudo ideológico, fixado nas representações – de família nuclear, cada vez menos diferenciada entre classes populares e camadas médias urbanas empobrecidas. Por outro lado, tipos de famílias ampliadas, abrigando o movimento ora de concentração, ora de dispersão, das gerações, em diferentes fases do ciclo de vida dessas famílias (BILAC, 1991, p. 76; GOLDANI, 1993, p. 93). E das condições político-econômicas, poderia acrescentar, contemplando especialmente o momento atual, no qual como que se **inventam** ciclos, ou suas etapas, fazendo, por exemplo, filhos descasados retornarem, ou filhos casados e mal-empregados ou desempregados levarem esposa e/ou filhos para a casa dos velhos. Principalmente das velhas. Ou para a sua vizinhança e proteção. E, nem sempre de modo tranquilo.

A Sra. Georgete, 55 anos, viúva, pensionista, mora com a filha de 8 anos. Na casa ao lado, mora um dos filhos, com família, que ela sustenta.

Revela:

Os outros filhos não me dão preocupação... gostam de mim, me agradam, não dão trabalho. Esse filho, fim-de-semana toma umas pinga e “conversa”, e aí é que eu não durmo, mesmo.

A Sra. Alice, 74 anos, aposentada, separada há 23 anos, revela um drama familiar, excepcionalmente já ao primeiro encontro. No limite do choro, conta o conflito constante com a filha, de vida *desregrada* após a morte do marido. Sonha com o dia em que viverão separadas. Moram na casa de A. e *cada uma se sustenta*.

Situação bem típica é a da Sra. M., 73 anos (citada por SOUZA *et al.*, 1994, p. 38):

Tem essa casinha aí embaixo, e a gente recebe algum trocadinho pra ajudar o filho que mora aqui.

Ao mesmo tempo estão-se dando formas quantitativamente crescentes de famílias monoparentais (das quais, com frequência, as referidas formas ampliadas são também parte), de chefia predominantemente feminina. É uma tendência recente, ensejada pela maior longevidade das mulheres (casos de viuvez), mas também pelo aumento do número de separações dos casais. Presente nas várias classes sociais e nas diferentes gerações, torna-se particularmente significativa nos grupos de idade mais avançada. BERQUÓ (1996, p. 29) analisa: enquanto na população geral, em 1991, são chefes de domicílio 81,9% dos homens (e, portanto, apenas 18,1% das mulheres), na população idosa (65 anos e mais) a chefia feminina cresce de 18 para 44%.

Acentua-se, aí, uma questão de gênero, para a qual BERQUÓ (1996, p. 31) também está atenta: enquanto 75% dos homens idosos “encontram-se chefiando uma família, com esposa, com ou sem filhos”, por outro lado, 60% das mulheres idosas estão “chefiando sozinhas uma família, com filhos ou com outros parentes, ou morando sozinhas.”

As chefias de família, tradicionalmente atribuídas aos homens, muito definidos em um papel – que é também de poder e dominação – de provedores da família, sempre que passam a ser exercidas por mulheres vêm significando, freqüentemente, casos ou modelos de empobrecimento e desvalia. Esta é a tônica dos trabalhos sobre mulheres chefes de família – sempre com um indicativo ou referência à pobreza. No caso das mais velhas, não é muito diferente e, não raro, pior. Basta pensar-se que as mulheres mais idosas de hoje participaram pouco da força de trabalho e da educação formal, para avaliar-se o seu grau de carência possível.

Algumas situações são amenizadas pela existência de pensões de viúvas, ou pela realização de alguma produção doméstica para comércio, principalmente entre as classes populares. Mas são rendimentos quase sempre escassos – e se dissolvem na referida divisão ou partilha com outros membros da família, como parte ou totalidade do “orçamento” doméstico.

A mesma Georgete, 55 anos, em outro momento da entrevista, conta as suas dificuldades até para o lazer, porque sua pensão estava atrasada e, por isso, teve que vender a geladeira e o televisor.

SARDENBERG (1997, p. 261 e 279) refere uma espécie de tradição ou modelo da prática entre famílias operárias baianas do bairro de Plataforma, por ela estudadas, de desenvolvimento de um *ciclo transgeracional de ajuda mútua entre mães e filhas* que contribuiu para a formação de famílias extensas matrifocais (*matrifocal extended households*), arranjo não incomumente estendido aos filhos homens. Esta é, realmente, uma matriz identificável das trocas familiares entre as classes populares na Bahia. Entretanto, no atual momento de crise de emprego, o modelo parece ampliar-se e apresentar algo mais novo – um certo desequilíbrio dessas trocas, em benefício dos filhos.

Nessa direção vão também os resultados da pesquisa de CABRAL (1997, p. 6) sobre grupos de convivência de idosos das classes populares em João Pessoa:

...É uma família multigeracional, com três ou quatro gerações compartilhando a moradia, que é propriedade do idoso em 86% das res-

postas oferecidas. Dividir a casa com os filhos e netos, e até bisnetos, ou ainda conceder parte de terreno para que os filhos construam, é um procedimento moralmente estabelecido entre as camadas populares...

A reciprocidade esperada pelos idosos é saber que os filhos são felizes e receber deles carinho, atenção e, quando necessário, ajuda material e emocional.

Há, entretanto, uma interessante feição recente dessa tendência – as chefias de família de divorciadas e separadas das camadas médias, caso em que a chefia feminina está significando, mais além da fatalidade provocada pela dissolução de uma relação, uma forma nova de autonomização social e afirmação de gênero das mulheres (ver OLIVEIRA, 1996, p. 55; BRITTO DA MOTTA, 1996, p. 11).

Não sendo este o caso majoritário das mais idosas, vem sendo o de muitas que estão “chegando pra idade”, e que em breve irão ser idosas em modelos alternativos. Em qualquer das duas situações, essas chefias por mulheres guardam um determinado significado e algumas consequências comuns: Enquanto a chefia masculina da família figura, comumente, a existência de uma partilha de responsabilidades econômicas e/ou sociais (e domésticas) com outro adulto – a esposa – a chefia da família por uma mulher expressa a sua atual solidão geracional e afetiva.

Apesar disto, parece haver um certo pudor, por parte das mulheres idosas, de se queixarem de solidão e da dificuldade de sustentar sozinhas uma família. Estão pondo a ênfase principal na recente conquista de independência, ou autonomia, como mulheres de uma determinada geração e, quando muito, chegam a declarações como esta:

Acho que agora é o período mais feliz. Eu só queria uma pensão melhor... (Sra. Ma. de Lourdes, 64 anos)

Uma outra condição destacável da estrutura familiar dos de mais idade é a viuvez. Questão demográfica, cultural e particularmente de gênero (BRITTO DA MOTTA, 1999). Informa BERQUÓ (1996, p. 30) que entre os 67,5% de viúvos idosos em 1993, 52,7% são mulheres. Portanto, apenas 14,8% homens. Questão demográfica sim, relativa à conhecida maior esperança de vida das mulheres, mas questão também cultural,

porque os homens, quando viúvos ou separados, recasam com alguma rapidez e – é sabido – preferencialmente com mulheres de gerações mais novas, inclusive não-idosas. Estudos recentes apontam uma diferença de idade cada vez maior entre os cônjuges ou companheiros, à medida em que vão-se sucedendo as uniões conjugais dos viúvos. A juvenilização das companheiras é objeto freqüente de queixas e críticas por parte das mulheres – mesmo das casadas – das várias classes sociais, que ironizam os homens **gastosos**, que andam nos bares com mulheres jovens (BRITTO DA MOTTA, 1996, p. 118). Entretanto, nunca encontrei, da parte delas, qualquer referência à ligação desse fato com a sua possível solidão. O que não significa que inexista essa percepção.

Uma conseqüência disto, como salientava ainda em recente trabalho (1997, p. 27) é que há sempre uma parcela significativa de mulheres, principalmente descasadas e viúvas, que vivenciam a referida solidão afetiva ou, pelo menos, a condição de sós, em famílias monoparentais ou, como já encontrei bem humoradamente expresso, em “restos de família”. Este é, justamente, um padrão alternativo bastante encontrado na família do idoso – ou melhor, da idosa.

E aqui se chega a um último aspecto que vem-se tornando mais comum, e às vezes até almejado pelo idoso, hoje: a morada só. Contingência no ciclo da vida familiar, mas também um outro espaço de liberdade possível. WAGNER (1992), em entrevista sobre ampla pesquisa que coordenou em São Paulo, revelou que 60,9% dos idosos entrevistados (77% dos quais, mulheres), reconheciam que *a solidão, por vezes é boa* e que 80% deles preferiria morar em suas próprias casas, se tivessem os meios para manter a independência.

Independência que provavelmente refere-se não apenas à condição econômica, ou à importante possibilidade de manutenção dos hábitos desenvolvidos em ritmos próprios de vida (*viver do meu jeito*), mas também à libertação da interferência ou ingerência dos membros mais novos da família sobre as atividades e as relações desenvolvidas em outros círculos

sociais – uma feição ainda escassamente conhecida da vida atual dos idosos e suas famílias e que necessita maior desvendamento.

GOLDANI (1993, p. 71 e 85), embora tenha registrado mudanças interessantes nos moldes atuais de relacionamento entre os membros das famílias, inclusive a já referida convivência de maior número de gerações, encontrou, ao mesmo tempo, o aumento do número de idosos morando sós – 8% em 1980, 10% em 1989. Dos quais, 2/3 são mulheres. Completa: *assim, os idosos, que representavam 22% do total de pessoas vivendo sós em 1970, passaram a representar cerca de 30% em 1980 e 42% em 1989.*

Depoimentos sobre o desejo, a necessidade ou a satisfação em morar só, na velhice, começam a se suceder – sempre por parte das mulheres. O que reforça a hipótese da aspiração a maior liberdade e tranquilidade, elementos sempre presentes – e valorizados – na fala das mulheres idosas atuais (ver BRITTO DA MOTTA, 1996).

A Sra. Alice, 74 anos, divorciada, participante de um grupo de idosos de camadas médias urbanas, tem em casa a filha descasada e os netos. Expressa uma urgência:

Morar sozinha, é só o que penso. A divergência de geração... Cada um deve ter a sua vida, que ninguém interfira na vida de ninguém. (...) Estou preparando o meu enxoval para morar sozinha. Quero viver com mais liberdade e dar mais liberdade que os outros precisam.

Outras, expressam a satisfação já obtida:

Acho morar só ‘um barato’. Bato a porta do apartamento, saio a hora que quero (Sra. Francelina, 68, viúva, do mesmo grupo de camadas médias).

Neste mesmo sentido, é modelar o depoimento da Sra. Eleonor Paris, 70 anos, viúva, à “Folha de S. Paulo” (1997):

Eu era muito presa. Não podia fazer nada que eu queria. Desde que meu marido morreu, moro sozinha no meu cantinho. Como meus três filhos já estavam grandes, comecei a fazer tudo que tinha vontade. Não sei o que é solidão, porque tento ter uma vida social muito ativa. Eu posso me considerar hoje uma pessoa feliz. Não que eu não fosse feliz com meu marido. Mas a maneira que eu levo minha vida hoje é muito melhor.

Por isso, não é de surpreender o registro repetido de situações como esta pelas mulheres de mais idade: depois de uma vida longamente dedicada à família e às lides domésticas – para várias também ao trabalho externo – no passar-a-limpo existencial próprio do processo de envelhecimento, afirmam: *agora chegou o tempo de pensar também em mim.*

Muito esclarecedores, também, são depoimentos como o da Sra. Janete, 63 anos, viúva, naquele mesmo grupo. Sinalizam um processo, e as normais contradições da existência:

Há momentos bons. A vida mesmo que me levou a essas circunstâncias, não que eu goste. Mas é bom morar só. Há momentos em que a gente necessita estar sozinho. E há momentos de solidão.

Os homens, entretanto, não parecem encarar positivamente essa situação, mesmo como perspectiva remota. Dois exemplos, com homens casados, como a quase totalidade dos entrevistados:

Não acho bom. Às vezes a pessoa tem condição de fazer isso e aquilo, mas a solidão... Depois a idade vai chegando e é pior, não é? Quando a pessoa está nova não é tão ruim, não. (Sr. Matias, 60 anos).

Não. Nem pensar!” atalha o Sr. Orlando, 62 anos, um dos entrevistados mais loquazes e interessantes. Mas este ponto, nem negocia...

Evidente que boa parte das idosas não aspira, igualmente, a essa perspectiva, ainda hoje alternativa. Mas importante é assinalar-se o fenômeno novo, uma mudança de valores, quanto a uma situação de que dantes não se falava, não se tentava espontaneamente, nem se tinha a experiência, quando vivida, como positiva. E que seja aspirada pelas mulheres.

Ainda entre os mais pobres observa-se a viabilidade desse padrão, demograficamente considerado “não-família” (GOLDANI, 1993, p. 79), mas social ou afetivamente também vivido como relações familiares e comentado assim:

Apesar de morar sozinha eu não me sinto só. (...) Tem uma filha que mora perto de mim, qualquer coisa eu tô na casa dela e ela na minha. De noite, ligo minha televisão, assisto à novela... (Sra. Hildete, separada, 2 filhos).

A Sra. Augusta, 92, viúva, aposentada, criou filhos e muitos netos. Mora só. Ou, como expressou: *eu moro com Nossa Senhora e Coração de Jesus*. Fala com tranqüilidade sobre o cotidiano e as trocas em família, que continuam a realizar-se:

Eu aqui sou a cozinheira. Só não faço encerrar – aí vem a neta. Às vezes, quando não têm (dinheiro) eu dou pros netos. Tem uma neta que trabalha na farmácia, aí, quando o remédio é muito caro, ela diz: “Vovó, não se incomode, não, que eu trago”. Outras vezes, eu compro.

Justamente pelo encontro repetido de depoimentos como estes, mesmo entre as classes populares, é que é importante enfatizar-se o significado variável – positividade ou negatividade, conforme o caso – do morar só ou com a família. Como vem sendo assinalado por vários autores, entre eles DEBERT (1992, p. 38), nem o velho morar só é sinal inequívoco de abandono familiar, nem morar junto com a família significa ou é garantia de afeto e apoio.

Talvez por isso, apesar da variabilidade encontrada de arranjos familiares, o padrão que parece firmar-se melhor, na expressão do desejo dessas pessoas, ainda é representado pelo quase-ditado tradicional: *juntos, porém à parte*. Mantêm apoios e trocas com vizinhos que também são parentes, dão valor ao modelo ideológico da família, e são afetivamente centradas nela, enquanto vivem a crise estrutural do País. Vão também descobrindo novas perspectivas sociais, organizando-se em grupos geracionais. Mas esta é outra importante discussão.

Em síntese, por enquanto encontra-se, no Brasil, a seguinte situação conjugal ou doméstica da população idosa, por sexo, segundo os dados da PNAD 1993, como trabalhos principalmente de BERQUÓ (1996, p. 31), da PNAD 1996, analisados por CAMARANO *et al.*, (1998) e confirmados pelos meus dados de campo:

- Mais homens casados que mulheres – $\frac{3}{4}$ dos homens;
- mais mulheres viúvas que homens – mais da metade das mulheres;
- mais mulheres descasadas, com falta de oportunidades de recasamento;
- mais mulheres que chegam solteiras à velhice.

Donde, muito mais mulheres que homens estarão sem apoio conjugal – ou até, pelo menos no caso das solteiras, de filhos – na etapa final da vida. Ao mesmo tempo, muitas delas estarão, ao contrário, apoiando filhos, inclusive de maior idade, desempregados ou precariamente empregados.

Tudo isto representado por uma variedade grande de arranjos domésticos, que se diferenciam cada vez menos segundo as classes sociais e podem ser sintetizados pelas formas:

- Família nuclear, principalmente como modelo;
- família ampliada, em uma ou mais unidades domésticas vizinhas, em geral organizadas em torno de uma chefia monoparental;
- unidades domésticas de residente único, mas que mantêm uma rede de relações – apoio afetivo, serviços e até apoio econômico – com filhos adultos, inclusive casados, e netos;
- nova divisão de trabalho e de papéis intrafamiliares se processando – tanto geracionais quanto de gênero – a exemplo da troca de bens e serviços dentro ou fora da unidade doméstica, e mudança de posições de poder e de chefia.

Em comum às várias classes sociais, um certo embelezamento – ou então constrangimento ou omissão – das relações na família. Na pesquisa, muitas declarações ambivalentes, freqüentes afirmações de se darem bem, mas sobretudo, de não se darem mal...

Ou então, críticas pontuais, embora nada raras, à maneira indiferente ou ao pouco caso com que os idosos são tratados pela família – mas a referência é de endereço vago, direcionado à família “dos outros”.

Ainda assim, arriscam algumas revelações de conflitos na família – entre as gerações, como esperado, mas, também, de formas ainda persistentes das relações tradicionais de gênero – que se acentuam ou atenuam conforme os grupos de idade.

Por tudo isto, reafirmaria a necessidade de mais pesquisa, ampla e demorada, sobre a família, sabendo-se que os acontecimentos não se dão sempre como se pensa e nem como se veicula. A exemplo da ênfase na

relação de dependência dos idosos, ou da referência ao morar só apenas como expressão de abandono, ou sentença à solidão.

Também para aferir a heterogeneidade de situações e processos atuais (e não, simplesmente, crise), e a multiplicidade de arranjos da vida familiar, domésticos e extradomésticos conjugados. Tanto mais quando já se delineiam, ou efetivam, de modo satisfatório para o idoso, outras sociabilidades externas à familiar, e até às relações tradicionais, mais individualizadas, de amizade. Está-se dando uma gradativa perda da centralidade, ou pelo menos da unicidade, da família nas suas relações sociais. Ela mantém a importância afetiva e as redes de solidariedade, ainda mais importantes na crise de empregos atual, mas ao mesmo tempo, como analisa JELIN (1994) *vai deixando de ser uma instituição total, firmando-se, cada vez mais, como vínculos familiares*.

A revolução em curso, dos velhos, realmente vem sendo sobretudo um movimento geracional, partindo de fora das relações de parentesco. (BRITTO DA MOTTA, 1996, p. 128).

São os novos modos de vida, ensejados pela confluência de elementos dinamizadores, como o próprio crescimento desse segmento populacional, que ao mesmo tempo se constitui em uma geração possuidora de alguma renda, ainda quando escassa (aposentadorias e pensões). Geração mobilizada por diferentes agentes de gestão da velhice (cf. LE NOIR, 1979) encaminhada para atividades de lazer e convivência e programas educacionais, mas também em novos percursos sociais que tangenciam o político.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEAUVOIR, Simone de
 A velhice. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BERQUÓ, Elza.
 1996 Algumas considerações demográficas sobre o envelhecimento da população no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL "ENVELHECIMENTO POPULACIONAL: UMA AGENDA PARA O FINAL DO SÉCULO". 1. 1996, Brasília. **Anais...** Brasília, DF: MPAS.

- BILAC, Elizabete Doria.
1991 Convergências e divergências nas estruturas familiares no Brasil. **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo, ANPOCS.
- BRITTO DA MOTTA, Alda.
1994 Falando em surdina: são mulheres velhas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. 9. Caxambu. **Anais...** Caxambu, [s.n.].
- BRITTO DA MOTTA, Alda.
1996a Os velhos baianos (e a “Música” é cada vez mais nova). **Bahia - Análise & Dados**, Salvador, v. 6, n. 1, jun.
- BRITTO DA MOTTA, Alda.
1996b Trajetórias sociais de gênero e representações sobre velhice no Brasil. In: **CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**, 4, Rio de Janeiro.
- BRITTO DA MOTTA, Alda.
1997 Terceira idade - gênero, classe social e moda teórica. In: COSTA, Ana Alice, ALVES, Ivíia Iracema (orgs.). **Ritos, mitos e fatos**. Salvador: NEIM/FFCH/UFBA.
- BRITTO DA MOTTA, Alda.
1999 **Não tá morto quem peleia**. (A pedagogia inesperada nos grupos de idosos). Salvador, 1999. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia.
- CAMARANO, Ana Amélia (Ed.)
1998 Como vai? população brasileira. **IPEA/IBGE**, Brasília, DF, v. 3, n. 3, dez.
- CAMARANO, Ana Amélia, BELTRÃO, K. I.
1998 O idoso no mercado de trabalho. In: CAMARANO, Ana Amélia (Ed.). Como vai? População brasileira. **IPEA/IBGE**, Brasília, v. 3, n. 3, dez.
- CASTRO, Mary Garcia
1991 Comentário sobre textos da sessão “O lugar dos velhos na família”, no GT Família e Sociedade. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 15. Caxambu. MG.
- DEBERT, Guita
1992 Família, classe social e etnicidade: um balanço da bibliografia sobre a experiência de envelhecimento. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais** n. 33, Rio de Janeiro: ANPOCS.
- DEBERT, Guita.
1988 Envelhecimento e representação da velhice. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 8, jul.
- FOLHA DE S. PAULO
1997 **Mulheres envelhecem sozinhas em São Paulo**. São Paulo, 22. jun.
- GOLDANI, Ana Maria.
1993 As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. **Caderno Pagu**, São Paulo, n. 1.
- GOLDANI, Ana Maria.
1996 Retratos de família em tempos de crise. **Estudos Feministas**, n. especial, p. 303-335, 2. sem.
- LANGEVIN, Annette.

- 1987 Les âges successifs aujourd' hui. **Informations Sociales**, n. 8.
- LENOIR, Remi.
1979 L'invention du troisième âge (constitution du champ des agents de gestion de la vieillesse). **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, p. 26-27, mar./avr.
- LINS DE BARROS, Miriam.
1987 **Autoridade e afeto: avós, filhos e netos na família brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- MEDEIROS, Marcelo.
1998 A importância dos rendimentos dos idosos nos rendimentos das famílias. In: CAMARANO, Ana Amélia (Ed.). **Como vai? população brasileira**. Brasília, v. 3, n. 3, dez.
- OLIVEIRA, Maria Coleta.
1996 A família brasileira no limiar do ano 2000. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1.
- PRATA, Lisete Emilia, MAYUMI, Lúcia.
1991 A dependência familiar do idoso nas populações de baixa renda. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 15, Caxambu, out.
- SALEM, Tania.
1980 **O velho e o novo: um estudo de papéis e conflitos familiares**. Petrópolis: Vozes.
- SARDENBERG, Cecília M. B.
1997 **In the backyard of the factory: gender, class, power and community in Bahia-Brazil**. Tese (Doutorado) - Universidade de Boston, USA.
- SOUZA, Nadiesel, PONTES, Paula, ROCHA, Sérgio.
1994 **As representações do envelhecimento**. Trabalho final de Graduação. Orientação: Alda Britto da Motta. Salvador. Departamento de Sociologia, UFBA.
- WAGNER, Elvira Abreu e Melo
1992 Dignidade para todo. **Veja**, São Paulo, 30 set. Entrevista.